

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012.
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre as manifestações acerca da impossibilidade do senhor Paulo Vieira acumular as funções de Diretor da Agência Nacional de Águas e a de Conselheiro da Companhia Docas do Estado de São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor José Elito Carvalho Siqueira, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República sobre as informações formuladas no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional sobre o senhor Paulo Vieira ao ser indicado para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas, entre elas:

- eventuais restrições ao seu nome para ocupar o referido cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas;
- informações elaboradas sobre o senhor Paulo Vieira;
- data em que foram elaboradas essas informações;
- destinatários das informações elaboradas;
- .- eventuais providências tomadas;

JUSTIFICATIVA

O Gabinete de Segurança Institucional é um órgão essencial da Presidência da República que possui como área de competência, entre outras, a assistência direta e imediata ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições constitucionais.

Como sabemos, cabe ao Presidente da República indicar o nome dos Diretores das Agências Reguladoras que, posteriormente, são sabatinados pelo Senado Federal. O senhor Paulo Vieira foi indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas pelo Presidente Lula no final de 2009. Seu nome foi rejeitado em duas ocasiões pelo Senado Federal, mas houve uma terceira tentativa em que finalmente seu nome foi aprovado.

Segundo o Presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu, em recente Audiência Pública na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, diante da falta de conhecimento técnico de Paulo Vieira, a Diretoria daquela Agência decidiu reduzir a possibilidade de seu exercício discricionário em relação a alguns temas mais sensíveis e suspender o tradicional rodízio entre os diretores para afastar Paulo Vieira de certas questões.

Diante da gravidade das acusações apresentadas contra o senhor Paulo Vieira, é imperioso sabermos até que ponto o governo federal tinha informações sobre a sua falta de credenciais para assumir o cargo de Diretor da ANA e que tipo de providências o Gabinete de Segurança Institucional tomou para informar ao Presidente Lula sobre o perigo que corria ao indicá-lo para o referido cargo.

Este caso é representativo da importância do sistema de Inteligência para auxiliar o Presidente da República em sua função de chefe da administração pública e de como os cargos tem sido preenchidos por critérios que, muitas vezes, fogem às regras republicanas que devem nortear as nomeações na esfera pública.

Diante da importância do assunto solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste importante requerimento.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2012.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA